

O MANUSCRITO NO IMPRESSO: CONHECER PALEOGRAFIA PARA COMPREENDER AS MARCAS DE PROVENIÊNCIA

Resumo: O artigo apresenta uma abordagem inovadora ao demonstrar que manuscritos também são passíveis de servir como objeto de estudo a depreensão de marcas de proveniência. Procedeu-se a bibliografia material de dois manuscritos pertencentes ao Acervo do Mosteiro de São Bento da Bahia: a) Um exemplar seiscentista da obra *Fusce iudicia Duns Scotus*, de autoria do Frei Nicolau de Orbellis, apresenta *ex libris* manuscrito do frei Benedicti de Jesu; b) A obra *Don Severini Boethii viri illvstris de consolatione philosophiae libri quinque, luculentissimis Iohannis Marmelii*, de Rodolphi Agricolae, foi ao prelo em Colônia, na oficina de Eucharii Ceruicorni. A publicação traz a data de 1535, e o exemplar apresenta, pelo menos, seis potenciais indicações de posse lançadas na parte interna da capa, na página de rosto e na guarda posterior. Contatou-se em ambos manuscritos analisados a presença de marginálias e *ex-libris*, no entanto o segundo manuscrito apresentou o diferencial de conter carimbo de propriedade. Conclui-se que a interface entre Paleografia e Biblioteconomia, por serem disciplinas que investigam a escrita, o texto e o livro mostraram-se necessárias à compreensão da história de um exemplar e de uma obra analisada. É possível contar parte da história de como uma obra circulou em diversas épocas e de como um exemplar foi lido por diversas mãos, por meio de que estratégias de grifo, de registro de posse, de gestos materiais de apropriação que tornam complexa a história da leitura e da escrita no contexto observado.

Palavras-chave: Marcas de proveniência. Paleografia. Manuscritos.

Alicia Duhá Lose
Doutora em Letras e Linguística
UFBA
orcid 0000-0002-9114-3298
alicialose@gmail.com

Arivaldo Sacramento de Souza
Doutor em Letras e Linguística
UFBA
orcid 0000-0003-3459-8306
arisacra@ufba.br

THE MANUSCRIPT IN PRINT: KNOWING PALEOGRAPHY TO UNDERSTAND PROVENANCE MARKS

Abstract: The present article presents an innovative approach demonstrating that manuscripts can also serve as an object of study for the understating of provenance marks. We carried out a material bibliography of two manuscripts belonging to the São Bento Monastery in Bahia: a) A 17th-century copy of the work *Fusce iudicia Duns Scotus*, authored by Friar Nicolau de Orbellis, presents *ex libris* manuscript by Friar Benedicti de Jesu; b) The work *Don Severini Boethii viri illvstris de consolatione philosophiae libri quinque, luculentissimis Iohannis Marmelii*, by Rodolphi Agricolae, printed in Cologne, in the workshop of Eucharii Ceruicorni. The publication is dated 1535, and the copy has at least six potential indications of ownership written on the inside cover, the title page and the back cover. The presence of marginalia and *ex-libris* was found in both manuscripts analyzed, but the second manuscript had the differential of having an ownership stamp. We conclude that the interface between Paleography and Librarianship, as they are disciplines that investigate writing, text and books, has proved necessary to the understanding of the history of an analyzed copy and work. It is possible to tell part of the story of how a work circulated in different times and how a copy was read by different hands, by means of which strategies of gripping, of registration of possession, of material

gestures of appropriation that make the history of reading and writing complex in the observed context.

Keywords: Provenance marks. Paleography. Manuscripts.

1 PRIMEIRAS PALAVRAS

Em 1997, Caetano Veloso lançou um disco que traz à cena um repertório diverso acerca da cultura letrada, do samba, da poesia que se nos chega das ruas e que parece colocar em expansão o próprio sentido da palavra que intitula o álbum: *Livros*. Composto por 14 faixas, dentre as quais podemos destacar canções como *Alexandre*, uma letra em samba-reggae sobre a grande figura grega; *Doideca*, com letra que busca uma síntese globalizante de temas e estéticas culturais diversas; e *O Navio Negreiro*, uma letra construída a partir do poema de Castro Alves, num tom recitativo e percussivo que tem contribuição de Carlinhos Brown e declamação de Maria Bethânia. Além dessas em que podemos reconhecer as letras, há outras 11 faixas que compõem uma espécie de repertório de saberes de seu *Livro*.

Mas, é na faixa 2 – *Livros* – que podemos compreender o título do álbum e encontrar a motivação que nos move na direção deste artigo. Observando a letra, encontramos uma dimensão pouco percebida na nossa experiência ocidental que aprendeu a separar o conteúdo (supostamente abstrato, desmaterializado) das formas materiais que lhes dão sentido. É o modo de pensar o livro a partir da experiência subjetiva com as formas materiais dos livros. Numa de suas estrofes ouvimos:

Tropeçavas nos astros desastrada
Quase não tínhamos livros em casa
E a cidade não tinha livraria
Mas os livros que em nossa vida entraram
São como a radiação de um corpo negro
Apontando pra a expansão do Universo
Porque a frase, o conceito, o enredo, o verso
E, sem dúvida, sobretudo o verso
É o que pode lançar mundos no mundo

Tropeçavas nos astros desastrada
Sem saber que a ventura e a desventura
Dessa estrada que vai do nada ao nada
São livros e o luar contra a cultura
(VELOSO, 1997)

Nessas duas primeiras estrofes, podemos observar metáforas férteis daquilo que estamos propondo compreender como efeito da “transcendência material” que é o livro na acepção apresentada por Caetano Veloso. O aparente despropósito de se pensar que aquilo que é transcendente – metafísico, que está acima da natureza física das coisas – é contraditoriamente tátil faz-nos, de imediato, compreender que o livro é um entreposto de negociações materiais e subjetivas historicamente constituídas a partir de processos de produção, circulação e recepção. Qualquer leitura que tome o livro como objeto de reflexão precisará necessariamente perguntar-se sobre a “expansão do universo” daqueles que consumiram o livro, transformaram-no e inseminaram-se historicamente a partir de marcas que ajudam a compreender a proveniência material, os hábitos sociais de leitura e escrita, mas também os hábitos sociais de quem consigo tem o livro por companhia. As prosopopeias de Caetano nas estrofes seguintes ajudam a entender a dimensão actante do livro, ou melhor, as mudanças físicas por que um livro pode passar e ajudam a contar a história do processo de transmissão histórica do texto, mostrando de que modo a recepção e a circulação também podem alterar os sentidos dos textos. Vejamos:

Os livros são objetos transcendentos
Mas podemos amá-los do amor tátil
Que votamos aos maços de cigarro
Domá-los, cultivá-los em aquários
Em estantes, gaiolas, em fogueiras
Ou lançá-los pra fora das janelas
Talvez isso nos livre de lançarmo-nos
Ou o que é muito pior por odiarmo-los
Podemos simplesmente escrever um

Encher de vãs palavras muitas páginas
E de mais confusão as prateleiras
Tropeçavas nos astros desastrada
Mas pra mim foste a estrela entre as estrelas
(LIVROS, 1997)

Se, de fato, podemos domar, lançar, cultivar os livros como forma expressiva de cultural, precisamos pensar que as palavras não estão exclusivamente sob o controle de quem escreveu, mas também estão condicionadas por diversas subjetividades que atuam não só como “mediadores” como disse Roger Chartier (2002) nos seus *Desafios da Escrita*, mas também como censores, como colecionadores, como críticos capazes de condicionar um dado livro como pertencente ou não ao cânone literário. Essa compreensão do texto como livro e do livro como objeto histórico e cultural faz com que, para que leiamos um livro, precisamos entender

as variáveis materiais que sinalizam condicionamentos espaço-temporais necessários para entendermos que a história do texto é também composta pelas formas materiais que lhe deram sentido. Entretanto, em última instância, ler um texto talvez não seja apenas decodificar o sistema semiótico, nem só encontrar as referências intertextuais que percorrem o fluxo textual, tampouco entender a relação entre a materialidade linguística e as formações discursivas que compõem o discurso, mas também entender que nada disso é possível sem a compreensão da história material do texto, incluindo os enriquecimentos frutos da sociabilidade do texto, do livro.

Nesse sentido, perguntas como “o que o autor quis dizer” ou qualquer outra de ordem metafísica do autor, deixam de ter sentido absoluto se compreendermos o livro como um objeto histórico, isto é, com materialidade que é movimentada por utentes que fazem uso diverso, que deslocam sentidos e instauram marcas que podem revelar interesses, particularizações, grifos cujos traçados reescrevem o texto que passa a se apresentar com mais de uma camada material: aquela fruto da *mise-en-page* do contexto de produção e aquela que é acrescida pela *mise-en-scène* da prática de leitura-e-escrita, isto é, de reescrita. Assim, o livro constitui-se como um arquivo de vários atos de consignação que transbordam as dimensões domesticadas pela metáfora do livro impresso, tomado como acabado por essa forte imagem de texto édito. As marcas dos leitores instauram-se a despeito da sintaxe impressa, desafia as margens e reordena a geografia da página, ao criar espaços de interlocução. De posse de seu instrumento, o leitor acomoda-se no texto de modo a justapor-se e compor outro repertório capaz de enunciar interesses diversos.

Antoine Compagnon (2007), num trabalho inspirador para pensar o tema *A segunda mão ou o trabalho da citação*, traduzido no Brasil como *O trabalho da citação*, afirma no verbete *Grifo*:

Ler, com um lápis na mão, como recomendava Erasmo, em *De Duplici Copia*, assim como todo ensinamento da Renascença, contornar algo do texto com um forte traço vermelho ou negro é traçar um modelo do recorte. O grifo assinala uma etapa de leitura, é um gesto recorrente que marca, que sobrecarrega o texto com o meu próprio traço. Introduzo-me entre as linhas munido de uma cunha, de um pé de cabra ou de um estilete que produz rachaduras na página; dilacero as fibras do papel, mancho e degrado um objeto: faço-o meu. [...] (COMPAGNON, 2007, p. 17).

Ao pensar a leitura a partir de imagens como “pé de cabra” ou “estilete”, não podemos deixar de notar o ato violento de inscrição subjetiva das práticas de recepção do texto. A degradação do objeto é produto de operações históricas de intervenção que podem ser de leitura, como aponta Compagnon, mas também podem ser de agências subjetivas diversas. O livro passa a receber camadas de mobilizações e pode ser lido como um arquivo de si, já que abriga, em sua forma material, usos sociais diversos. Mais adiante o referido autor dirá, por exemplo, que o grifo é “o menos contestável dos *ex-libris*” (COMPAGNON, 2007, p. 18) especialmente porque ele é uma espécie de recondução sintática do texto, fruto da leitura, isto é, da inscrição subjetiva no texto. Nessa cena estão reordenadas as frases, revalorizadas as passagens e podem ser vistas contracenadas de escrituras que buscam interação particular com o que está escrito.

Pensar a intervenção no livro como um *ex-libris*, obviamente põe em expansão o sentido da expressão latina. Além de signo de uma posse, é possível pensar também os grifos, as rasuras, as dobras, os destaques... toda sorte de inseminação histórica de um determinado sujeito que consome o livro de que tem a posse como *ex-libris*, dado o fato de que todos esses atos particularizam o livro e instanciam uma posse.

Nesse sentido, precisamos recuperar a discussão de Jacques Derrida (2001) em *Mal de Arquivo*, uma vez que é possível considerar o objeto livro como um arquivo de intervenções que historicam a proveniência. Para o filósofo francês, o arquivo carrega uma memória que, ao passo que abriga, produz também o oposto. Nesse sentido, a “domiciliação” de um documento a um arquivo, de um livro a uma Biblioteca, por exemplo, – aqui somos nós que ampliamos os sentidos empregados –, é feito a partir de um jogo de expansão de sentidos e de mudanças das matérias em que rasuras e apagamentos podem ser visto como mudanças tanto quanto acréscimos como glosas etc. Há que se considerar, portanto, que essa “domiciliação” altera as coordenadas históricas e os usos sociais do livro ao mesmo tempo. Derrida (2001, p. 13) diz: “[...] os documentos, que não são sempre escritos discursivos, não são guardados e classificados no arquivo senão em virtude de uma topologia privilegiada. Habitam em lugar particular, [...] este lugar de escolha onde a lei e a singularidade se cruzam no privilégio”.

Dito isso, precisamos pensar que os livros carregam marcas desse uso histórico e social. Tais elementos, então, podem ser analisados dentro de uma complexidade de fatores que buscam compreender não apenas um objeto material, mas a rede pela qual ele foi apropriado, domiciliado e transformado. Sobre esse agenciamento, Derrida utilizará uma expressão bastante importante para entendermos a questão que é a “função patriárquica”. Embora ele esteja

utilizando isso para a discussão do arquivo, não será exagerado também pensarmos que o agenciamento patriárquico também esteja presente em espaços cultores de livros. E é essa força que traz o elemento da “consignação”, a reunião de fatores que ressignificam o livro em sua aquisição, posse, leitura, doação...

Derrida assim explica:

Por consignação não entendemos apenas, no sentido corrente desta palavra, o fato de designar uma residência e confiar, pondo em reserva, em um lugar e sobre um suporte, mas o ato de *consignar reunindo os signos*. Não é apenas a *consignatio* tradicional, a saber, a prova escrita, mas aquilo que toda e qualquer *consignatio* supõe de entrada. A *consignação* tende a coordenar um único *corpus* em um sistema ou uma sincronia na qual todos os elementos articulam a unidade de uma configuração ideal. Num arquivo, não deve haver dissociação absoluta, heterogeneidade ou segredo que viesse a separar (*secernere*), compartimentar de modo absoluto. O princípio arcôntico do arquivo é também um princípio de consignação de reunião (DERRIDA, 2001, p. 13-14, grifos do autor).

A compreensão de “*consignar*” como reunião de signos mobilizada por um agenciamento parece ser estratégico também para entendermos as “marcas de proveniência” do livro. Assim, é possível compreender o livro, os agenciamentos históricos materiais ou não e, da relação entre essas instâncias, a reunião de signos materiais que apontam para várias possibilidades de entender a história do livro pela crítica material. Para entender as várias sendas dessas críticas, precisamos acionar diversas disciplinas preocupadas com as questões materiais. Para Chartier, numa discussão acerca da história da leitura e da escrita,

[...] o mesmo texto, fixado em letras, [pode] não [ser] o “mesmo” caso mudem os dispositivos de sua escrita e de sua comunicação. Nasce daí a importância reconquistada pelas disciplinas que têm como finalidade justamente a descrição rigorosa dos objetos escritos e impressos que carregam os textos: paleografia, codicologia e bibliografia [...] (CHARTIER, 2002, p. 62).

Essa atenção àquilo que Chartier chamou de “descrição rigorosa dos objetos” precisa ser lida também a partir de uma atitude crítica, uma vez que as orientações mais estruturalistas separavam perspectivas analíticas daquelas que eram mais descritivas. Se tomarmos como exemplo a Paleografia, temos como exemplo a separação precisa entre a perspectiva de leitura, de crítica e, mais contemporaneamente, a de história da cultura escrita. Acontece que, mesmo para perspectivas que só almejam a transcrição dos documentos, é difícil pensar que o

paleógrafo, ao descrever e transcrever, não utilize perspectivas que são reconhecidamente críticas, isto é, aquelas que problematizam questões materiais a partir da reflexão histórica e cultural. Essas separações, portanto, são antes uma estratégia metodológica; não uma identidade disciplinar. O fato é que, via de regra, os campos de estudos se organizam fronteiraicamente e fazem profissão de fé de suas disciplinaridades.

A proposta aqui defendida vale-se da Paleografia por ser um campo de estudo fundamental para a compreensão das marcas de proveniência do livro. Precisamos pensar numa interface entre a cultura manuscrita e a história dos impressos. Nem sempre a diferença dos objetos (manuscrito *versus* impresso) é uma categoria fundamental para um problema de natureza histórica. No caso aqui proposto, a separação entre estudos da cultura escrita e dos impressos não é vantajosa para a história da leitura, nem para os estudos das marcas de proveniência.

2 A PALEOGRAFIA NA CULTURA DOS IMPRESSOS

A relação do homem com o livro não é uma relação passiva, é uma relação interativa. Ao ler um livro nós refletimos sobre o que está ali posto e essa interação pode ser apenas mental, mas, muitas vezes, ela também se reflete em uma ação mecânica. Essa interação mecânica se apresenta em forma de marginálias, onde deixamos as marcas e os reflexos do nosso pensamento, e também da nossa personalidade, da nossa história, do nosso tempo...

Disso é importante entender que, para entender a história de um livro, precisamos entender quais foram seus usos por meio das marcas, muitas vezes verbais, muitas vezes com efeitos de sentido diverso. Por isso, é bastante importante a interface com os estudos paleográficos, que têm como objetivos o estudo histórico e social das práticas de cultura escrita: em qualquer tipo de suporte, em qualquer eixo temporal. Obviamente, essa definição está fartamente inspirada nos desdobramentos da Paleografia de Armando Petrucci (2003), uma história da cultura escrita em perspectiva mais global.

É óbvio que a maior parte dos estudos de Paleografia tomam como objeto texto recuados no tempo que oferece dificuldade de leitura mais contemporaneamente. Daí é que surge a vinculação da Paleografia a textos “antigos”, costumeiramente associados àqueles da Antiguidade Clássica e Idade Média e, mais recentemente, aos textos até o século XIX. Como o objetivo é também pensar a escrita no tempo, a Paleografia tem seu caráter mais descritivo

com vistas à compreensão do sistema de escrita no qual o texto está forjado, mas também assume uma perspectiva crítica, quando, por exemplo, investe em proposta de atribuição de autoria, compreensão histórica dos suportes, tipos de escrita a partir de seus usos sociais e dos tipos documentais (SACRAMENTO, 2018). Compreensões divergentes à parte, o que se quer na Paleografia é sempre entender a escrita no tempo, no espaço, na história.

Tendo consciência de que é importante ler bem um manuscrito antigo para obter informações referentes ao seu conteúdo, a Paleografia pode, e assim costuma ser acionada para realizar uma boa e correta leitura. Mas, para além da leitura, a Paleografia, como ciência que é, com objeto teórico e métodos próprios de investigação e análise, vai muito além de um instrumental de decodificação. O olhar analítico do paleógrafo possibilita a interpretação do manuscrito como elemento e monumento histórico, analisando a escrita em si a partir de uma perspectiva que analisa o manuscrito a fim de compreender como, onde e quando ele foi escrito, quem o escreveu e porque o fez, a quem se destinava aquela escrita e em que circunstâncias ela aconteceu (LOSE, 2019). Possibilita também a compreensão das razões e circunstâncias da permanência e conservação daquela escrita, a despeito de tantas outras que se perderam ao longo dos anos.

É, portanto, o lançamento do olhar abrangente e questionador do paleógrafo que amplia a visão sobre o manuscrito, pois sabemos que é necessário e possível compreender e interpretar, além do conteúdo, também a materialidade e as razões daquela escrita. É necessário e possível estudar os caracteres externos de produção daquela escrita compreendendo, através deles, os materiais e os instrumentos utilizados para sua confecção. Assim, o conhecimento da origem e da evolução da escrita aliado a uma análise da materialidade e da decifração possibilitam a interpretação complexa do manuscrito na sua totalidade. Saber ler e decodificar as escritas nos suportes onde ela se apresenta e saber situar essas escritas e esses suportes no tempo e no espaço são conhecimentos elementares a todos os que trabalham com documentação, seja ela impressa ou manuscrita.

É preciso compreender a escrita como uma parte importante da história social que, como tal, acompanha os movimentos das sociedades sendo influenciada por ela e influenciando-a ao mesmo tempo. Portanto, interessa compreender aspectos gerais e aspectos individuais da escrita, do traçado, da linguagem, tendo em vista seu caráter arbitrário, aprendido e ensinado dentro de fórmulas e padrões que acompanham as sociedades. Interessa atentar também para a personalização que se torna cada vez mais latente nas escritas a partir do séc. XVIII. Os aspectos

que definem a estrutura das letras – morfologia, ângulo, *ductus*, módulo, peso, presença ou não ligaduras e nexos precisam ser identificados e analisados no todo e em cada caso (LOSE, 2019).

Caracterizar uma mão/um punho e identificar todos os elementos constitutivos de uma escrita ajuda a compreender que toda escrita se situa num espaço geográfico e temporal e carrega características sociais e que toda escrita é formada por rastros/traços resultantes de posturas e movimentos conscientes e inconscientes. Essa compreensão leva o paleógrafo a ampliar o olhar sobre ela, considerando uma série de elementos que devem ser postos sob análise. Para melhor conduzir esse diálogo e as reflexões aqui propostas, tais elementos são os expostos brevemente a seguir.

O **Peso** pode ser definido como resultante da pressão exercida pela mão no instrumento da escrita sobre o suporte. A pressão resultará na quantidade de tinta lançada sobre esse suporte. A pressão aliada à quantidade e à qualidade da tinta utilizada também resultará no impacto do dano causado pelo instrumento da escrita sobre o suporte. Esse dano aliado ao tempo e às condições de conservação ofertará informações relevantes para uma indicação cronológica.

O **ângulo** formado entre o instrumento e o suporte da escrita resultante da pega do instrumento de escrita pela mão conduzida pelo punho do *scriptor* resultará na **inclinação** da escrita, que será reta ou mais inclinada à direita (curva dextrógira) ou à esquerda (curva sinistrógira). Isso, associado ao *ductus* e à velocidade irá resultar na **cursividade** da escrita.

O *ductus* é o caminho/percurso desenhado pela mão para o traçado de cada elemento da escrita. A **velocidade** está associada ao tempo despendido para cada traço ou conjunto de traços que resultará num maior ou menor cuidado/esmero na execução da escrita. A **altura** das hastes superiores e inferiores, assim como a **altura e largura** do corpo da letra em relação à pauta de escrita é outro elemento a ser sempre considerado. As **ligaduras** causadas pela manutenção do instrumento da escrita sobre o suporte no espaço entre o traçado de uma letra e outra, e os **nexos** que resultam da aglutinação de uma letra sobre outra em que ambas utilizam traços conjugados para execução podem ser características de velocidade, de individualização ou de estilo de escrita de um período. A **apara** do instrumento da escrita resultará na espessura do traço realizado. A **viscosidade e densidade** da tinta, assim como a **homogeneidade ou aspereza** do suporte influenciará na fluidez do traçado. Cada um desses elementos impõe resultados particulares no traçado de uma escrita e a análise de cada um e de todos auxilia o paleógrafo na caracterização de uma escrita.

Além disso, é possível reconhecer procedimentos de datação em função dos instrumentos e dos tipos de escritas utilizados. Na história do alfabeto latino, um sistema que foi constituído pelas vivências históricas no Mediterrâneo, as tentativas de historicização são diversas, ainda que possamos reuni-las por meio de critérios histórico-geográfico, morfológicos, tipológico-documentais e usos sociais. Dentre eles, um dos mais utilizados é o histórico-geográfico, que é uma tentativa de contar a história da escrita levando em consideração o período histórico e os locais, isto é, compreender como numa dada região uma dada comunidade escrevia.

Essa proposta é bem paradigmática na *Lezioni di Paleografia* (1950), de Giulio Battelli. Dividindo a história a partir de três grandes macrocentros de cultura, a saber: Antiguidade (escritas capitais, unciais e minúsculas cursivas), Idade Média (num primeiro momento, escritas “nacionais”, como por exemplo a visigótica e a Carolina; noutra momento, góticas) e Idade Moderna Humanista (escritas humanísticas e uma série complexa de humanísticas cursivas que variam morfológicamente a partir da expansão das práticas de escrita), Battelli dialoga com a historiografia dos “grandes tempos”. Na sistematização de Tereza Coelho (2010, p. 2), lemos:

- 1º Período – escrita nascida no centro de cultura romana (séc. I-VIII), subdividida em “capital libraria” (rústica e elegante), “capital cursiva”, “uncial”, “semiuncial” e “minúscula cursiva”;
- 2º Período – escrita nascida no centro de cultura medieval, distinguindo o tempo das abadias (séc. VII-XII) e o tempo das grandes universidades (séc. XIII-XIV). No primeiro englobou as escritas “merovíngia” e “précarolina” de França e Alemanha, “précarolina” da Itália Setentrional, “beneventana”, “visigótica”, “insular” (Irlandesa e AngloSaxónica) e “minúscula carolina”. No segundo considera apenas a escrita “gótica”;
- 3º Período – escrita nascida na idade moderna (do séc. XV aos nossos dias) em que destaca a “humanística”.

Tal proposta é um tanto quanto linear, porque funciona na construção de pontos de semelhança e na rejeição das diferenças, o que fez com que a comunidade de paleógrafos, diante da convivência de tipos de escrita supostamente pertencentes a períodos diversos, encontrassem desabrigo nessas grandes classificações. A situação é um pouco mais grave quando pensamos no terceiro período, cuja duração é do século XV aos nossos dias. Mas por qual razão é grave? Pelo fato de os centros de cultura escrita na Europa de escrita latina, no período moderno, possuírem diferentes perspectivas que dependiam de fatores econômicos, políticos e culturais. Outro fator importante é o aumento exponencial de pessoas que passam a ler e escrever, atuando

na diversificação dos tipos de escrita, nos usos sociais e nas matérias com que se lia e escrevia. Uma mensuração possível é compreender como todos os movimentos de transformação por que passaram a cultura escrita em face às transformações tecnológicas. A imprensa e as novas tecnologias redesenham a todo o instante a dinâmica dos corpos, das salas de leitura, dos móveis, dos tipos de suporte etc.

Assim, é possível pensar uma mútua influência entre as culturas escritas e manuscritas que costumamos ignorar por estarmos mais posicionados à direita ou à esquerda de uma área. Se lembrarmos que os códices medievais inspiraram muitos dos tipos utilizados na imprensa e que as pesquisas tipográficas para construção de “fontes digitais” ainda são muito frequentes, podemos pensar que o campo de estudo da Paleografia, da Crítica Textual e da Bibliografia Material interseccionam-se, naquilo que trazem como perguntas fundamentais na identidade de seus objetos de pesquisa disciplinarmente estabelecidos, quais sejam: a escrita, o texto, o livro. É o manuscrito no impresso.

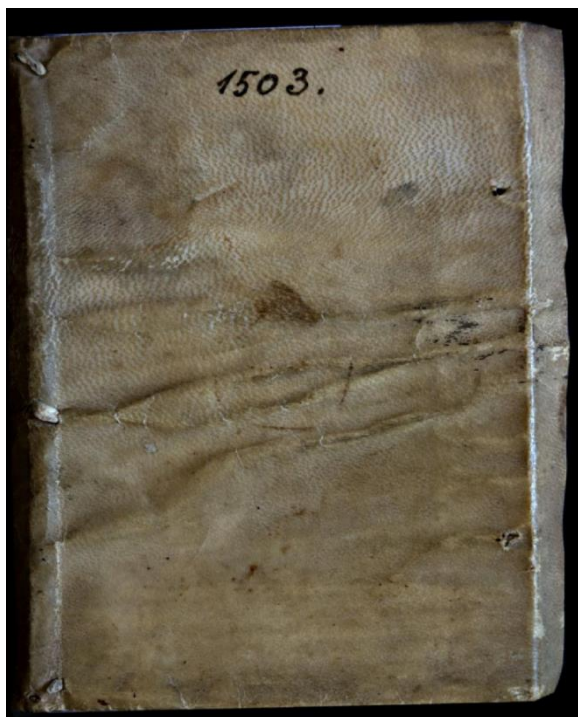
3 DOIS EXEMPLOS DE COMO IR “ALÉM DA LEITURA” DO MANUSCRITO NO IMPRESSO

3.1 Ad usū fr. Benedicti de Jesu

A capacidade de “ler” a marginalia pode auxiliar na identificação, na datação, na compreensão da proveniência, na relevância da obra para o conhecimento da sua época ou de épocas futuras (a recepção da obra). Mais do que decodificar o que está manuscrito sobre os impressos, ser competente em Paleografia permite ao pesquisador interessado em marcas de proveniência obter uma gama significativa de informações sobre os caminhos percorridos por um exemplar. Os exemplos a seguir apontam para isso.

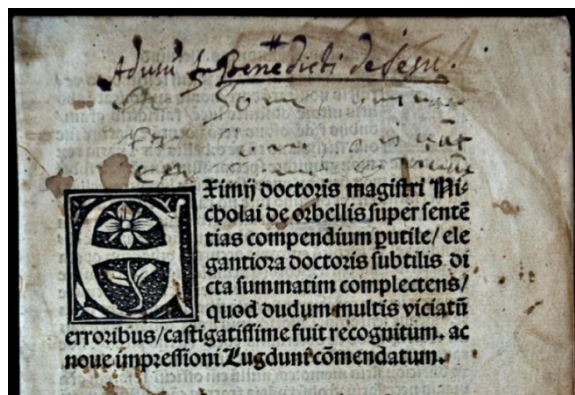
Um exemplar seiscentista da obra *Fusce iudicia Duns Scotus*, de autoria do Frei Nicolau de Orbellis, pertencente ao acervo do Mosteiro de São Bento da Bahia apresenta *ex libris* manuscrito do frei Benedicti de Jesu.

Fig. 1 – Encadernação do exemplar



Fonte: *Sententias Ioannis Duns Scoti*. Acervo do Mosteiro de São Bento da Bahia

Fig. 2 – *Ex libris* manuscrito do exemplar



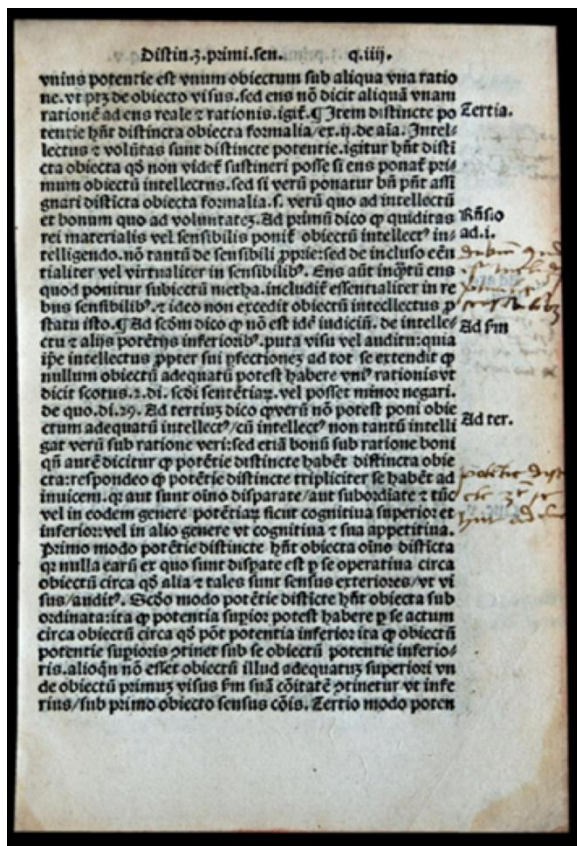
#

Ad usū fr. Benedicti de Jesu.

Fonte: *Sententias Ioannis Duns Scoti*. Acervo do Mosteiro de São Bento da Bahia

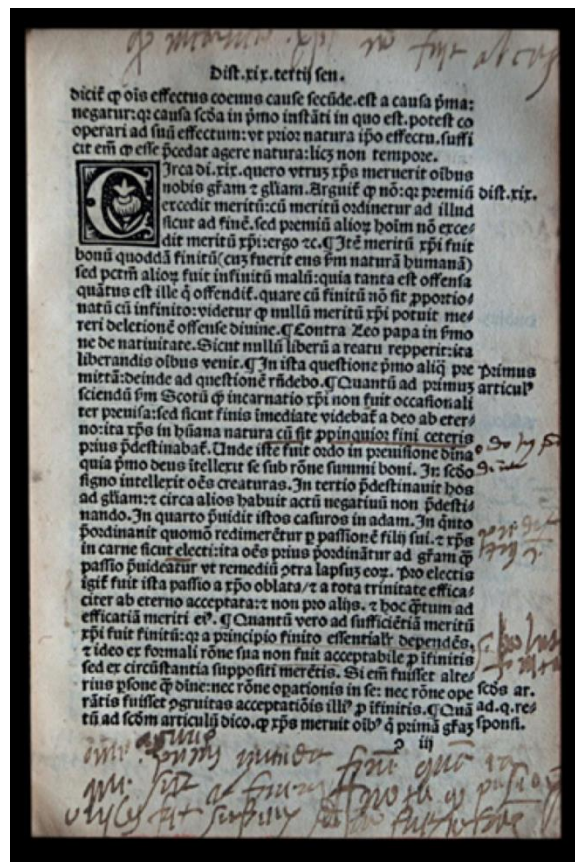
Ioannis Duns Scoti, beatificado em 1993, teve enorme influência no pensamento filosófico e teológico de seu período, sendo considerado por estudiosos da área como um dos filósofos-teólogos mais importantes da Europa Ocidental durante a Idade Média, tendo sido lido e estudado nas mais importantes universidades do período. Uma breve passada de olhos pelas páginas do exemplar pertencente ao Mosteiro de São Bento da Bahia demonstra que ele foi exaustivamente lido, analisado e estudado e que os seus leitores deixaram marcas dessas reflexões feitas ao longo das suas leituras. As anotações marginais presentes no exemplar ocupam cerca de metade das páginas.

Fig. 4 – Marginalia do exemplar



Fonte: *Sententias* Ioannis Duns Scoti. Acervo do Mosteiro de São Bento da Bahia

Fig. 5 – Marginalia do exemplar



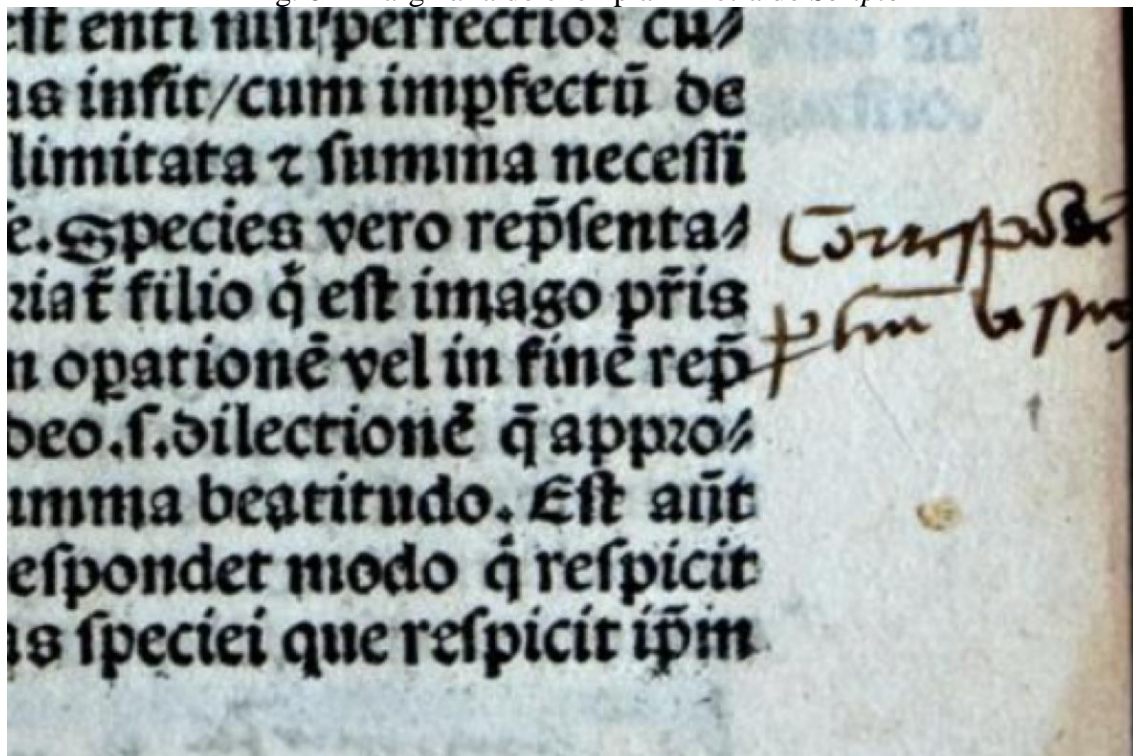
Fonte: *Sententias* Ioannis Duns Scoti. Acervo do Mosteiro de São Bento da Bahia

Antes mesmo de ler e compreender o teor e o conteúdo das anotações às margens, visualizamos as características da escrita, o tipo de letra, o instrumento utilizado e o aspecto das tintas. Esses dados latentes já são o suficiente para começar a situar essas notas marginais no tempo e no espaço.

Individualizando as características do punho, é possível ver que as notas pertencem a, pelo menos, duas mãos. Pelo menos duas pessoas leram e dialogaram exaustivamente com o exemplar e nele deixaram parte de suas histórias. Esses diálogos apresentam reflexos de cada uma das leituras e também reflexos da relevância receptiva da obra e, de modo mais amplo, seu impacto para a sua época, já que as características das escritas manuais feitas sobre o exemplar demonstram que as leituras ocorreram em período de tempo aparentemente próximo da data de publicação da obra, séc. XVI. Ou seja, é possível fazer uma detalhada análise paleográfica independente da leitura e da análise do conteúdo presente nas anotações marginais do exemplar.

O *Scriptor 1* apresenta características de uma escrita em letra gótica cursiva, pesada, com ângulo reto, módulo regular, hastes superiores curvadas sobre o corpo da letra, e sinais abreviativos herdados do sistema tironiano.

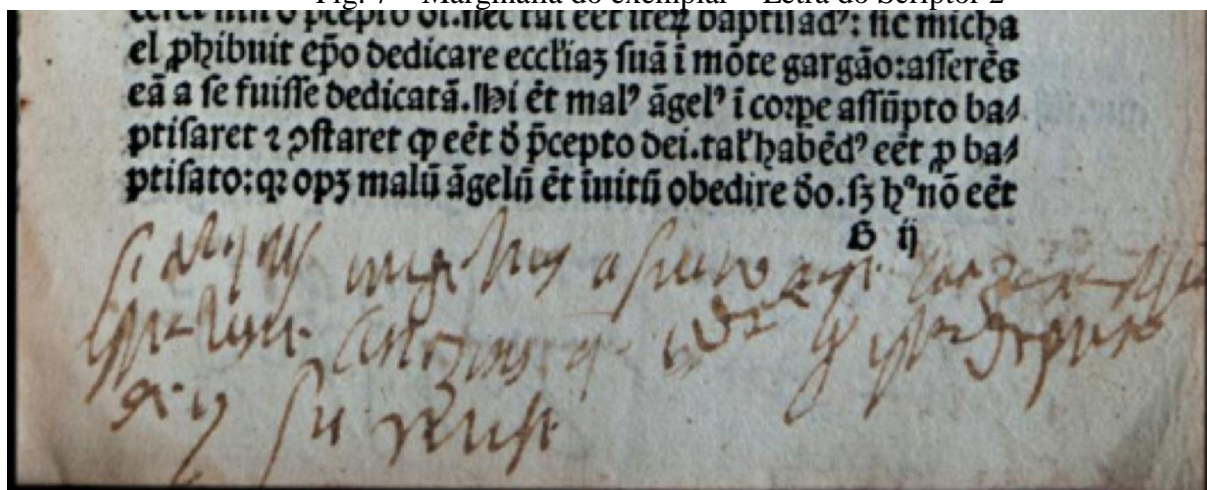
Fig. 6 – Marginália do exemplar – Letra do *Scriptor 1*



Fonte: *Sententias* Ioannis Duns Scoti. Acervo do Mosteiro de São Bento da Bahia

O *Scriptor 2* apresenta características de uma escrita em letra humanística, leve, com ângulo dextrógiro, módulo irregular, hastes longas e com poucas curvaturas.

Fig. 7 – Marginália do exemplar – Letra do Scriptor 2



Fonte: *Sententias Ioannis Duns Scoti*. Acervo do Mosteiro de São Bento da Bahia

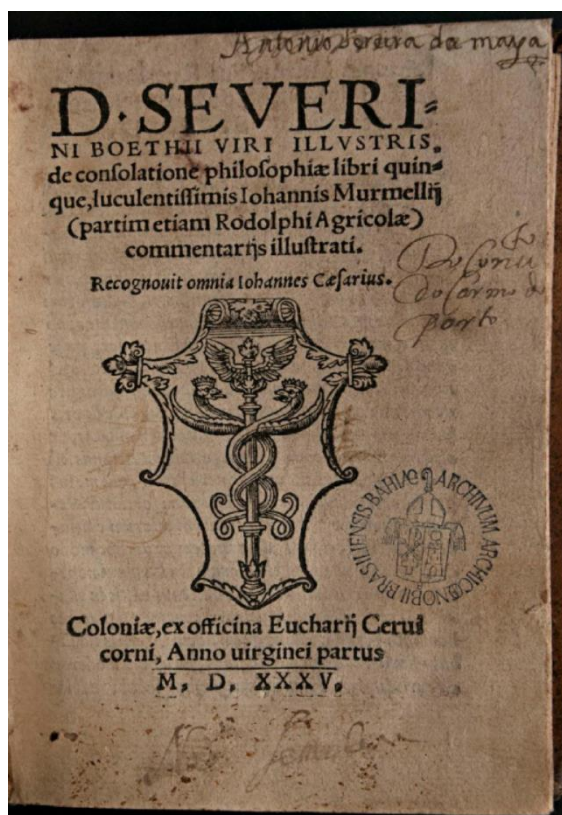
Cotejando as características de ambas as mãos com a escrita do ex libris, é possível afirmar que ele não foi produzido pelo Scriptor 1. Por outro lado, é possível indicar que todas as características apontadas para o Scriptor 2 estão presentes na mão que registrou aquela posse do exemplar.

3.2 Meu livro, minha letra

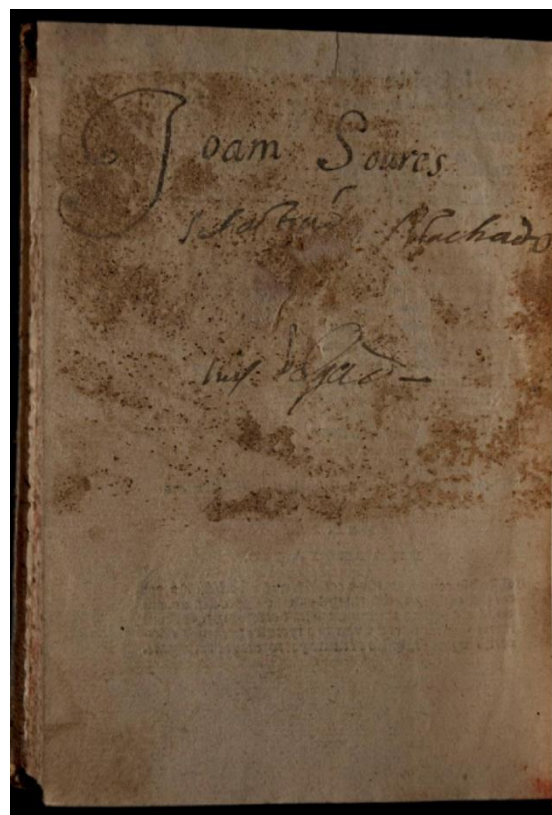
Trazemos um segundo exemplo que apresenta em si os rastros de muitas leituras. A obra *Don Severini Boethii viri illvstris de consolatione philosophiae libri quinque, luculentissimis Iohannis Murelii*, de Rodolphi Agricolae, foi ao prelo em Colônia, na oficina de Eucharii Ceruicorni. A publicação traz a data de 1535, e o exemplar pertencente ao acervo do Mosteiro de São Bento da Bahia apresenta, pelo menos, seis potenciais indicações de posse lançadas na parte interna da capa, na página de rosto e na guarda posterior.

Fig. 8 – Marcas de posse na página de rosto

Fig. 9 – Possíveis marcas de posse na guarda posterior



Fonte: AGRICOLAE, Rodolphi. *Don Severini...*
Acervo do Mosteiro de São Bento da Bahia



Fonte: AGRICOLAE, Rodolphi. *Don Severini...*
Acervo do Mosteiro de São Bento da Bahia

Além das indicações de posse e proveniência apostas sobre o exemplar de forma manuscrita, nele também se vê uma quarta marca de proveniência: o *ex libris* de Dom José Endres, monge do Mosteiro de São Bento da Bahia que durante uma viagem à Europa comprou em leilões diversas obras que levam o seu *ex libris*. Esses exemplares foram posteriormente incorporados ao acervo da sua instituição, como se pode ver pelo carimbo molhado que denota o proprietário atual.

Fig. 9 – *Ex libris*



EX LIBRIS / D. JOSÉ ENDRES

Fonte: AGRICOLAE, Rodolphi. *Don Severini...*
Acervo do Mosteiro de São Bento da Bahia

Fig. 10 – Carimbo de propriedade

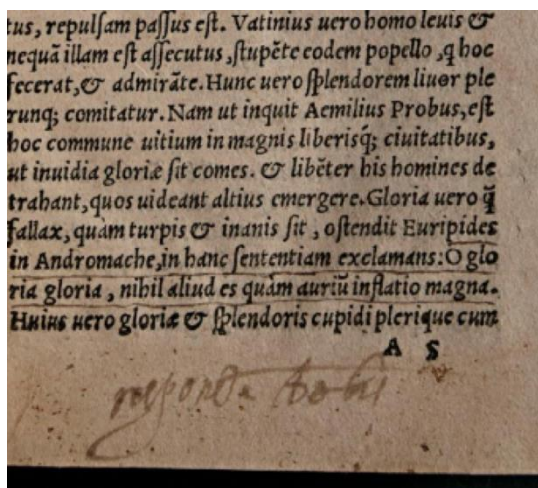


ARCHICÆNOBII / BRASILIENSIS /
BAHIÆ ARCHIVUM

Fonte: AGRICOLAE, Rodolphi. *Don Severini...*
Acervo do Mosteiro de São Bento da Bahia

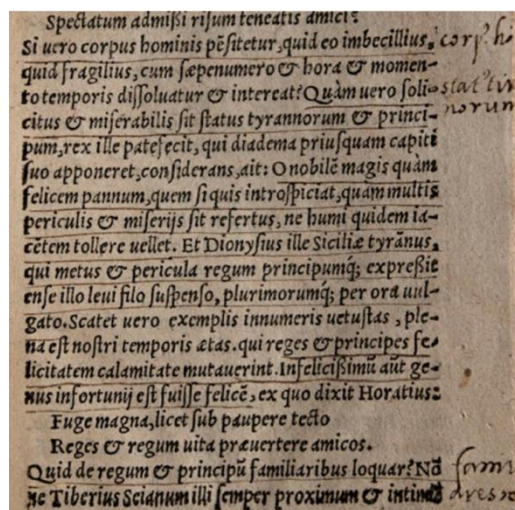
Analisando internamente o exemplar, é possível encontrar anotações marginais, que pelas características paleográficas, percebemos serem feitas por duas das mãos que marcam posse do exemplar.

Fig. 11 – Marginalia de um *scriptor*



Fonte: AGRICOLAE, Rodolphi. *Don Severini...*
Acervo do Mosteiro de São Bento da Bahia

Fig. 12 – Marginalia de outro *scriptor*

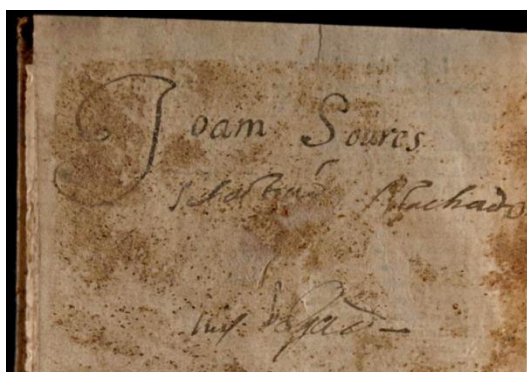


Fonte: AGRICOLAE, Rodolphi. *Don Severini...*
Acervo do Mosteiro de São Bento da Bahia

A julgar pelas características paleográficas de cada uma dessas marcas de posse feitas de forma manuscrita, acreditamos que aquelas feitas na folha de guarda são anteriores às que

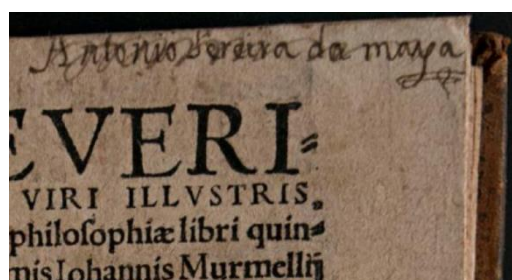
aparecem na folha de rosto. A ordem exata de cada uma delas, no entanto, não é possível precisar. É possível, ainda, que a última anotação que aparece na folha de guarda (a terceira, de cima para baixo) não seja uma marca de posse, pois não nos foi possível decodificá-la com precisão como um nome, embora a tenhamos aqui transcrito como hipótese.

Fig. 13 – Primeiro (*Scriptor 1*), segundo (*Scriptor 2*) e terceiro(?) (*Scriptor 3*)



Joam Soares
Sebastião Machado
[Luis] [†]gaõ¹

Fig. 14 – Quarto (*Scriptor 4*)

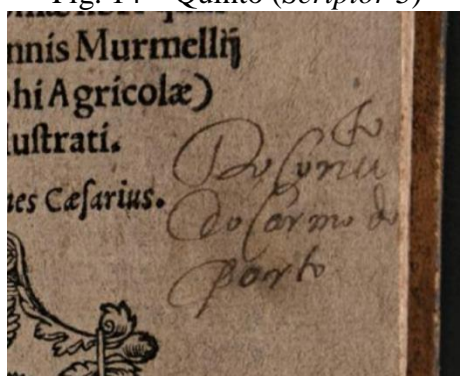


~~Antonio Pereira da maya~~

Fonte: AGRICOLAE, Rodolphi. *Don Severini...*
Acervo do Mosteiro de São Bento da Bahia

Fonte: AGRICOLAE, Rodolphi. *Don Severini...*
Acervo do Mosteiro de São Bento da Bahia

Fig. 14 – Quinto (*Scriptor 5*)



Do Convento / do Carmo do / Porto

Fonte: AGRICOLAE, Rodolphi. *Don Severini...* Acervo do Mosteiro de São Bento da Bahia
A escrita presente no pé da página de rosto é leve, bastante cursiva e aligeirada, com inclinação dextrógira e hastes longas, e ligaduras frequentes e marcantes. As mesmas

¹ Na transcrição aqui apresentada a palavra entre colchetes indica leitura feita por conjectura e [†] indica leitura não realizada por incompreensão da escrita.

características de peso, altura, *ductus*, módulo, inclinação e cursividade são vistas na mão que produz a indicação de posse de Sebastião Machado, presente na folha de guarda e que indicamos aqui como *Scriptor 1*. Analisando grafemas específicos como o <N> e o <M>, por exemplo, é possível afirmar que ambas as anotações foram produzidas pela mesma mão. Essa mesma mão está presente em anotações às margens de algumas poucas páginas do exemplar.

Fig. 15 – Anotação ao pé da página de rosto

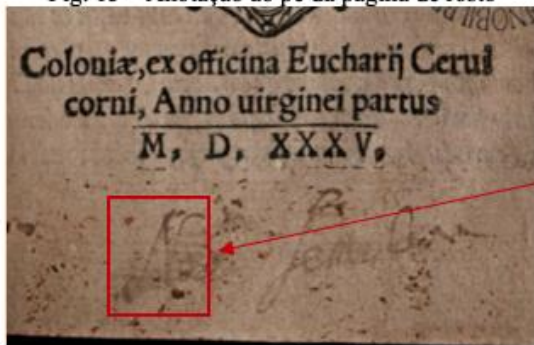


Fig. 16 – Marca de posse de Sebastião Machado

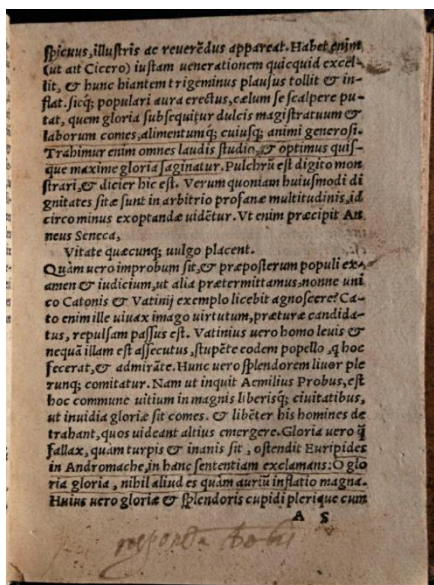


N[†] Sen[†]b[†]

Fonte: AGRICOLAE, Rodolphi. *Don Severini...*
Acervo do Mosteiro de São Bento da Bahia

Fonte: AGRICOLAE, Rodolphi. *Don Severini...*
Acervo do Mosteiro de São Bento da Bahia

Fig. 17 – Marginalia do exemplar – Letra do *Scriptor 1*

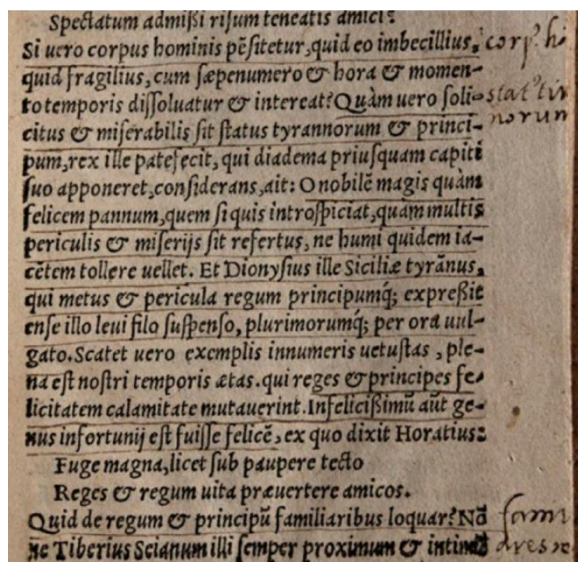


Fonte: AGRICOLAE, Rodolphi. *Don Severini...* Acervo do Mosteiro de São Bento da Bahia

A mão que produz a quarta marca de posse, indicada por nós como *Scriptor 4*, traz uma letra firme, pesada, elegante, de proporções muito regulares, com ângulo reto e pouca cursividade. Analisando as características paleográficas de cada uma das mãos que deixa suas

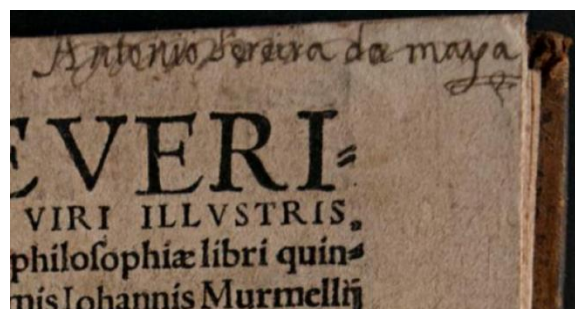
marcas através das interferências e anotações de leitura feitas no exemplar, é possível ver que essa mão interfere significativamente sobre o exemplar, sendo encontrada em diversas páginas esparsas do livro.

Fig. 18 – Marginalia do *Scriptor 4*



Fonte: AGRICOLAE, Rodolphi. *Don Severini...*
Acervo do Mosteiro de São Bento da Bahia

Fig. 19 – Marca de posse do *Scriptor 4*



Fonte: AGRICOLAE, Rodolphi. *Don Severini...*
Acervo do Mosteiro de São Bento da Bahia

É válido, portanto, supor que essa escrita é da mão de Antonio Pereira da Maya a quem teria pertencido o exemplar. A primeira, a terceira(?), e a quinta mãos não deixaram explícitos rastros de uma leitura ativa.

Considerando todas as características, manuscritas ou não, visíveis no exemplar, nos atrevemos a hipotetizar um percurso de propriedade deste livro o qual teria pertencido primeiro a Sebastião Machado, depois a [Luis] [†]gaõ, depois a Joam Soares, depois a Antonio Pereira da Maya, depois à livraria do Convento do Carmo do Porto, depois a Dom José Endres e, finalmente, ao acervo do Mosteiro de São Bento da Bahia.

4 PALAVRAS FINAIS

Portanto, apenas com os breves exemplos trazidos acima, é possível perceber que uma pesquisa aprofundada sobre as marcas de proveniência poderá passar por um conhecimento aprofundado da Paleografia, para que se tenha olhos para ver o manuscrito além do impresso, pois as informações latentes em um exemplar podem ir muito além da decodificação do escrito em si.

A interface entre essas disciplinas que investigam a escrita, o texto e o livro mostraram-se necessária para a compreensão da história de um exemplar e de uma obra analisada. É possível contar parte da história de como uma obra circulou em diversas épocas e de como um exemplar foi lido por diversas mãos, por meio de que estratégias de grifo, de registro de posse, de gestos materiais de apropriação que tornam complexa a história da leitura e da escrita no contexto observado.

REFERÊNCIAS

AGRICOLAE, Rodolphi. *Don Severini Boethii viri illvstris de consolatione philosophiae libri quinque, luculentissimis Iohannis Murnelii*. Coloniae: Officina Eucharii Ceruicorni, 1535. Disponível em: www.saobento.org/livrosraros. Acesso em: 21 jun. 2020.

ARÉVALO JORDÁN, Víctor Hugo. *Introducción a la Paleografía Hispanoamericana*. Córdoba: Ed. del Sur, 2003 [1984]. 85 p. Disponível em: www.mundoarchivistico.com.ar/descargar.php?ida=547. Acesso em: 3 mar. 2010.

BATTELLI, Giulio. *Lezioni di Paleografia*. 3. ed. Roma: Città del Vaticano, 1949.

CHARTIER, Roger. A Mediação editorial. In: CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. Tradução Fulvia L. M. Moretto. São Paulo: Ed. da UNESP, 2002.

COELHO, Tereza. *Classificação das escritas*. Disponível em: www.paleografia.org. Acesso em: 20 maio 2021.

COMPAGNON, Antoine. *O trabalho da citação*. Tradução Cleonice P. B. Mourão. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2007.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Tradução Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LIVROS. Intérprete: Caetano Veloso. Compositor: Caetano Veloso. *In: LIVRO. Intérprete: Caetano Veloso. Rio de Janeiro: PolyGram, 1997. 1 disco vinil, lado A, faixa 2.*

LOSE, Alícia Duhá; SANTOS, Libânia da Silva. “A letra em tudo se comparece”: análise paleográfica da autoria dos papéis sediciosos da Conjuração Baiana/Revolta dos Búzios. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 30., Recife, 2019. Anais eletrônica... Recife: Associação Nacional de História; ANPUHBrasil, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564773571_ARQUIVO_ARTIGO_30_SNH_ANPUH_ALICIA_LIBANIA_Final.pdf*

MAGALHÃES, Rafael; LOSE, Alícia Duhá Lose. Quem é e quem não é o *scriptor* do códice 132 – uma biografia do Marquês de Pombal?. *In: LOSE, Alícia Duhá; MAGALHÃES, Lívia Borges; MAZZONI, Vanilda (Org.). Paleografia e suas interfaces. v. 2. Salvador: Memória e Arte, 2021. Disponível em: https://1f11a6e7-5dbd-49ca-a343-4afae8a65778.filesusr.com/ugd/d9b288_42ede573232a4c088a9f84e53a0ffcb9.pdf*

ORBELLIS, Fr. Nicolau de. *Fusce iudicia Duns Scotus*. [S.l.: s.n., 1503?]. Disponível em: www.saobento.org/livrosraros. Acesso em: 21 jun. 2020.

PETRUCCI, Armando. *La Ciencia de la escritura: primera lección de paleografía*. Tradução Luciano Padilla Lopes. Buenos Aires: Fundo de Cultura Econômica, 2003.

SACRAMENTO, Arivaldo. Aspectos paleográficos para Crítica Filológica. *In: LOSE, Alícia Duhá; SACRAMENTO, Arivaldo. (Org.). Paleografia e suas interfaces. Salvador: Memória e Arte, 2018. v.1. Disponível em: https://1f11a6e7-5dbd-49ca-a343-4afae8a65778.filesusr.com/ugd/d9b288_75f664865b3e4d64b0152aa58cd3a634.pdf. Acesso: 20 jan. 2021.*